

Sanidade animal é destaque em Santa Catarina

Reportagem de Paulo Sergio Tagliari



Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os primeiros Estados a eliminar a febre aftosa dos rebanhos

Após vários anos de intensas vacinações dos rebanhos animais e uma estratégia modelar de combate às doenças, Santa Catarina atingiu a privilegiada posição de zona livre de febre aftosa, o que lhe abre as portas do mercado mundial de carnes. Como o Estado chegou a este patamar e o funcionamento de sua estrutura de vigilância e inspeção sanitária animal são os principais assuntos desta reportagem.

Muitos se lembram, alguns anos atrás, os enormes prejuízos causados ao rebanho suínico catarinense pela peste suína que se alastrou pela principal área produtora do Estado, obrigando o abate de milhares de animais. Recentemente, há dois anos, na Inglaterra, surgiu a terrível doença da “vacca louca”, que além de atacar o rebanho bovino, causando perdas de milhões de dólares, contagiou perigosamente os seres humanos, levando, inclusive, à morte de pessoas. E, logo no final do ano passado, dezenas de milhares de aves domésticas foram sacrificadas na Ásia em decorrência de outra enfermidade avassaladora. Diante dessas epidemias e das perdas econômicas daí decorrentes, cada vez mais os governos dos países e Estados, junto ao segmento produtivo, preparam-se para o desafio de controlar e erradicar doenças complexas que requerem um aparato técnico sofisticado e equipes de profissionais altamente capacitados e especializados. Em Santa Catarina, esta missão vem sendo coordenada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, através da Diretoria de Vigilância, Defesa e Fiscalização e operacionalizada pela Cidasc - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Graças ao bom desempenho dessa estrutura, Santa Catarina acabou de ser reconhecida (também com o Estado do Rio Grande do Sul), pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) - órgão vinculado à Organização Mundial do Comércio (OMC) - como Zona Livre de Febre Aftosa, com Vacinação. Afora os nomes pomposos, a verdade é que este reconhecimento é concedido a poucas regiões no mundo e no Brasil somente estes dois Estados estão nesta situação. E o que é mais importante, permite que estes Estados possam exportar produtos de origem animal (bovinos, aves e suínos), trazendo valiosos dólares para revitalizar a economia local. Para se ter uma noção dos valores envolvidos, basta saber que até 1995 o Brasil exportava no máximo 20 mil toneladas anuais de carne suína, passando para 65 mil no

ano passado (48 mil com origem em Santa Catarina), e para este ano estão previstas 90 mil toneladas entre os dois Estados, com receita de 190 milhões de dólares, sendo 70 mil toneladas exportadas de território catarinense. Mas não páram por aí os resultados. Este e outros avanços ligados à sanidade animal serão apresentados a seguir nesta reportagem.

Legislação moderna e eficaz

A importância da produção animal em Santa Catarina é representada a partir de alguns números de destaque. O Estado é o primeiro produtor nacional de carne de aves e de suínos, somando mais de 1 milhão de dólares no Valor Bruto da Produção - VBP, o que representa praticamente 39% do total da produção agropecuária estadual. Com apenas 1,12 % do território nacional, Santa Catarina produziu 13% da produção brasileira de carnes em 1997, avaliada em 11 milhões de toneladas. A eficiente agroindústria catarinense participa com 60% das exportações brasileiras de carne de aves e 80% da carne suína. Estes produtos fazem do Brasil um grande

exportador mundial. E com a classificação dos dois Estados do Sul como área livre de febre aftosa, estima-se que as exportações de suínos em quatro anos atinjam a invejável marca de 500 milhões de dólares anuais. Para o médico veterinário Roni Barbosa, que comanda a Diretoria de Vigilância, Defesa e Fiscalização, responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todo o trabalho de sanidade animal em Santa Catarina, uma grande vitória para a sociedade foi a promulgação da Lei nº 10.366, de 24 de janeiro de 1997, que estabelece a política de defesa sanitária animal no Estado. “Até há pouco nos baseávamos numa legislação federal datada de 1934, que já estava ultrapassada. Com esta lei mais moderna, e mais abrangente, aliada ao decreto nº 2.919, de 01 de junho de 1998, que regulamenta a lei, podemos tomar medidas mais eficazes no controle de doenças, transporte de animais e seus produtos, e apreender e destruir cargas contaminadas, entre outras ações sanitárias. Foi um caminho longo e demorado para termos esta lei, mas valeu a pena”, comenta satisfeito. A lei estabelece medidas de combate às doenças transmissíveis e parasitárias dos animais, prevê ações educativas e



Santa Catarina pretende aumentar consideravelmente a exportação de carne suína nos próximos anos

de controle do trânsito de animais e seus produtos, para evitar riscos de difusão das doenças no rebanho estadual, e estabelece a obrigatoriedade da fiscalização do comércio e do uso de produtos veterinários em todo o território estadual. Mas um dos pontos fortes da nova lei diz respeito às punições que são rigorosas. Por exemplo, estão previstas multas de até 100 mil Ufirs (R\$ 96.110,00), interdição da propriedade rural, apreensão de animais e de seus produtos e até sacrifício sanitário dos animais (eliminação), caso infectados. Ainda, o artigo 6º do decreto regulamentador da lei registra que “os médicos veterinários do Programa Estadual de Defesa Sanitária Animal terão livre acesso às propriedades rurais, aos estabelecimentos ou a quaisquer lugares onde possam existir animais, seus despojos, produtos e subprodutos animais ou de uso veterinário a inspecionar, devendo executar todas as medidas necessárias de defesa sanitária animal previstas na legislação”. E, mais adiante, no artigo 14º, consta: “Os animais, seus produtos e subprodutos que forem encontrados no território do Estado de Santa Catarina em desacordo com a legislação sanitária federal ou estadual, ou

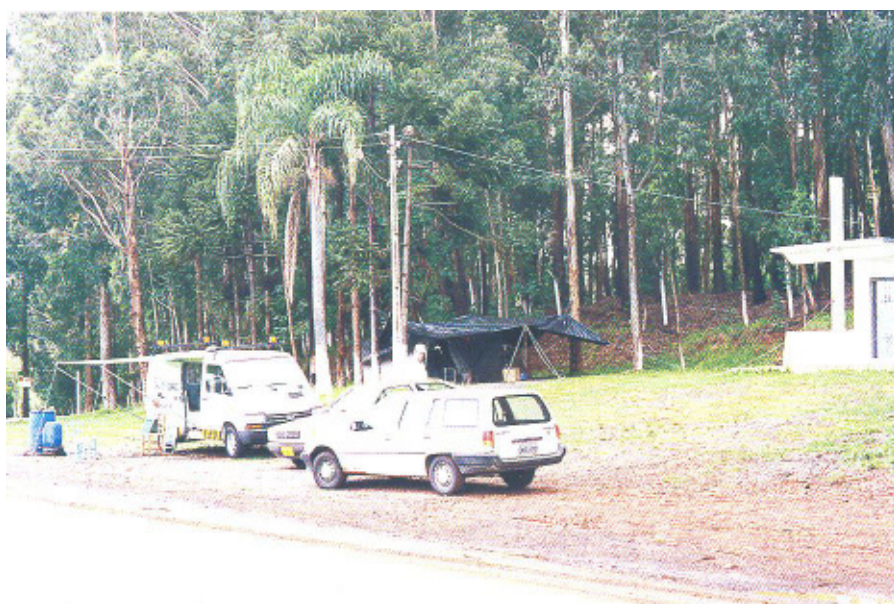
desacompanhados de certificação sanitária serão apreendidos juntamente com os veículos transportadores, devendo os produtos e subprodutos animais serem destruídos e os animais encaminhados para abate ou sacrifício sanitário, não cabendo indenização ao proprietário”. As doenças abrangidas prioritariamente pela lei são: febre aftosa, estomatite vesicular, raiva, doença de Aujeszky, tuberculose, brucelose, carbúnculo hemático, anemia infecciosa equina, encefalomielite equina, peste suína clássica, doença de Newcastle, pulorose, tifo, salmonelose, micoplasmose e leptospirose. “A lei é dura, mas tem que ser assim, caso contrário teremos sempre que correr atrás do prejuízo”, sustenta o Secretário do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, Francisco Rzatki, e emenda, “tudo isto foi concebido para termos condições sanitárias competitivas no mercado nacional e internacional e, ao mesmo tempo, contribuir para a saúde pública de Santa Catarina”.

Febre aftosa é derrotada

Não é a toa que os médicos veteri-

nários catarinenses comemoram a vitória sobre a febre aftosa. Foi um longo e árduo trabalho, medido em anos de visitas, reuniões, inspeções, vacinações e convencimento de produtores que não acreditavam no valor das vacinas. Conhecida desde o século passado, a febre aftosa causava grandes prejuízos a Santa Catarina. Em 1952, com a criação da Secretaria da Agricultura, foi criado também o Serviço Estadual de Defesa Sanitária Animal que passou a combater a febre aftosa. Em 1963, com a instituição da Campanha Nacional de Combate à Febre Aftosa pelo Ministério da Agricultura, o Estado passou a contar com maior apoio técnico. Em dezembro de 1965, o então Governador Celso Ramos assinou a Lei 3.783, estabelecendo a obrigatoriedade do combate à doença. Isto resultou que, em 1971, todos os municípios do Estado fizessem parte da campanha de combate. Com a criação da Cidasc, em 1979, a ela foi delegada a execução do combate à febre aftosa. Até 1983 foram feitas três vacinações anuais no rebanho bovino, diminuindo para duas a partir de 1984. Com a intensificação da vacinação, houve redução gradativa dos focos, culminando, em 1991, com o último foco detectado da enfermidade. Desde então a vacinação é feita de propriedade em propriedade por vacinadores comunitários. Como resultado de tudo isso, Santa Catarina está sem febre aftosa nos últimos sete anos, sendo reconhecida, portanto, como Zona Livre de Febre Aftosa, com Vacinação. Esta posição privilegiada permite que o Estado comercialize suas carnes em países que antes proibiam a entrada do produto catarinense, além de abrir novas fronteiras, como é o caso da Itália, Japão e Rússia.

O Gerente Estadual de Pecuária da Cidasc, o médico veterinário Edson Veran, que comanda as ações de vigilância e fiscalização sanitária no Estado, explica que a maior preocupação agora é manter a condição de Zona Livre. A vigilância sanitária e o controle do trânsito de animais suscetíveis e de seus produtos devem ser intensificados. A vacinação semestral



Posto de fiscalização do trânsito de animais e produtos de origem animal em São Lourenço do Oeste, na divisa com o Paraná

Reportagem



Carimbo de inspeção sanitária garante qualidade do produto

sim que um foco de uma das doenças listadas for descoberto, a OIE determina que em 24 horas seja comunicado ao Ministério da Agricultura, em Brasília, DF, e este tem mais 24 horas para relatar à OIE. A recíproca também é verdadeira, qualquer um dos 152 países que atualmente fazem parte da Organização devem comunicar às outras nações.

Operação Bate Cascos

Tudo isso requer um eficiente e bem montado sistema de informações, com postos de controle, unidades móveis, pessoal capacitado. Atualmente, existem catorze barreiras sanitárias fixas instaladas nas divisas com o Estado do Paraná, operando

do rebanho bovino deve continuar por mais algum tempo, até que a situação sanitária do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul não represente mais risco de reintrodução da enfermidade em Santa Catarina. Para combater esta e outras doenças, a defesa sanitária animal abrange as áreas de bovinocultura, avicultura, suinocultura, piscicultura e outros animais. Além disso, a Cidasc possui um laboratório junto com a Embrapa para exames microscópicos e conta com o Posto Agropecuário de Inseminação Artificial de Indaial. Veran esclarece que a Organização Internacional de Epizootias, com sede em Paris, França, exige que sejam controladas ou erradicadas uma série de doenças para que determinado país possa exportar seus produtos animais. O Código Zoosanitário Internacional apresenta a Lista A e a Lista B de doenças. No primeiro rol estão as enfermidades consideradas mais perigosas, como por exemplo a febre aftosa, estomatite vesicular, peste bovina, peste suína, dermatose nodular contagiosa, entre outras. No segundo grupo, estão moléstias menos perigosas, mas também restritivas, como a doença de Aujeszky, raiva, tuberculose, brucelose, cisticercose, e assim por diante. As-

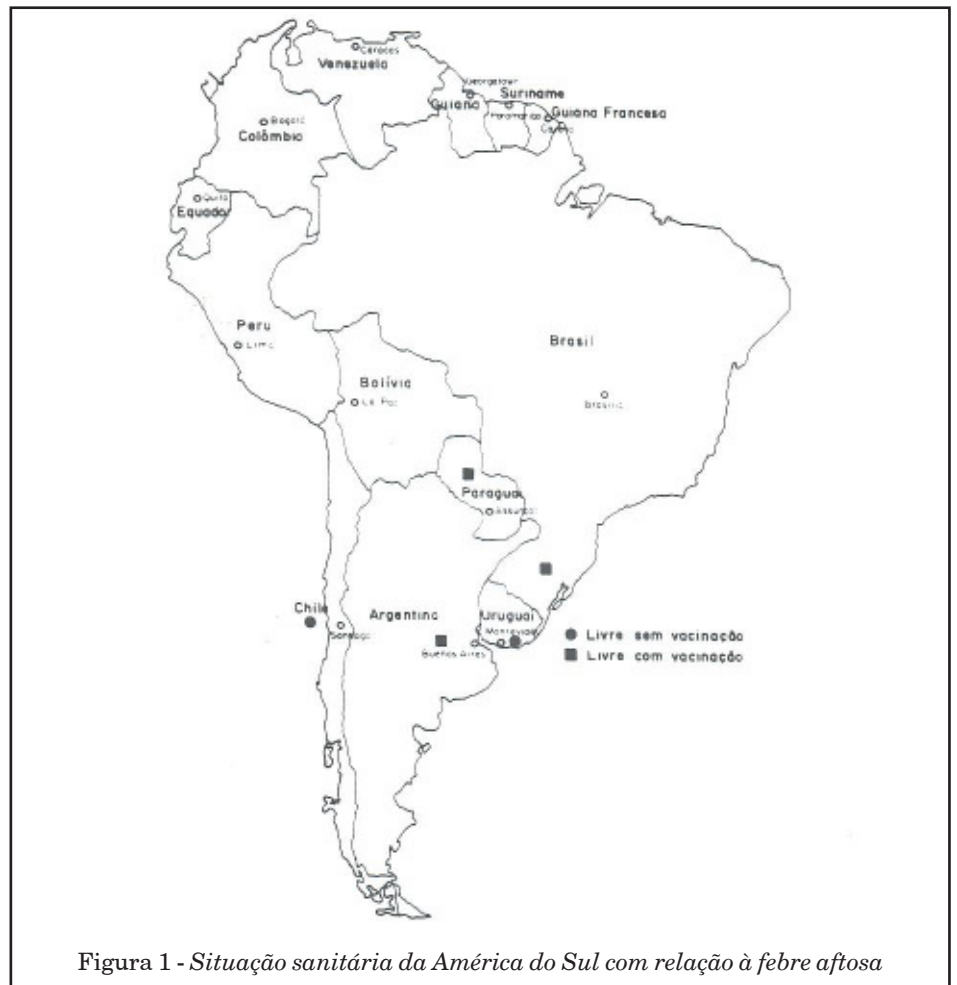


Figura 1 - Situação sanitária da América do Sul com relação à febre aftosa

Reportagem

nas 24 horas do dia, e são auxiliadas por mais 70 unidades móveis de controle do trânsito de animais e seus produtos no interior do Estado. Em 1997 foram implantadas 23 Unidades de Saúde Animal e, em 1998, mais 60 unidades locais serão instaladas, dotadas de infra-estrutura de informática, veículos e outros equipamentos, além de treinamento de pessoal. Para completar o atendimento a exigências da OIE quanto à manutenção de eficaz sistema de vigilância e defesa sanitária, a Cidasc conta com 220 médicos veterinários e 160 auxiliares agropecuários, além de 70 auxiliares contratados especialmente para as barreiras sanitárias a partir de maio de 1997.

“Todo o cuidado é pouco”, diz o médico veterinário Edson Veran, mostrando que o vírus da aftosa sobrevive dois anos no aparelho esôfago faríngeo, sem se manifestar, e sete



Nova legislação sanitária permite maior controle e rigor. Na foto, animais contaminados com febre aftosa sendo incinerados



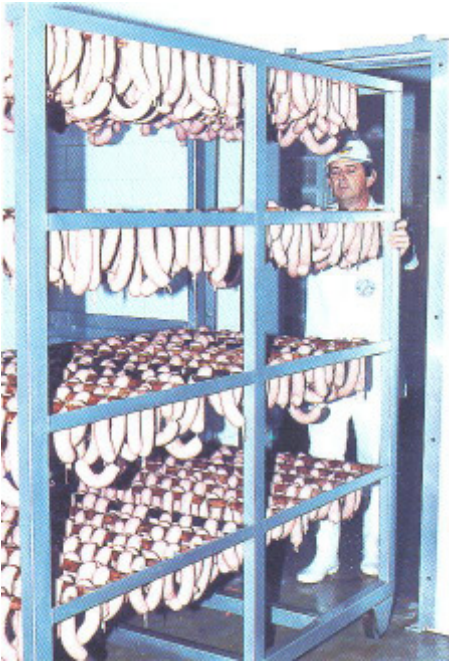
Figura 2 - Aeroportos, portos e postos de fiscalização na zona livre (Santa Catarina e Rio Grande do Sul)

meses na medula óssea. Santa Catarina importa ainda 30% de carne bovina, e grande parcela entra pelo Paraná. Por exemplo, se vierem animais de São Paulo ou Mato Grosso do Sul, uma série de documentos e procedimentos são necessários. Tem que ter o acompanhamento na origem por um veterinário credenciado, por no mínimo catorze dias, e se vier de área livre sem vacinação (Uruguai ou Chile), os animais têm que ser vacinados no Estado.

A população catarinense pôde comprovar recentemente a eficiência deste poderoso esquema de vigilância, através da chamada “Operação Bate Cascos”, que mobilizou cerca de 250 pessoas no período de 60 horas seguidas, iniciadas às 18 horas de sexta-feira do dia 24 de julho e terminando às 6 horas da manhã de segunda-feira, dia 27. O objetivo foi o controle da febre aftosa, com a fiscalização do trânsito de carne com osso e animais provenientes do Paraná. Como resultado, os técnicos da Cidasc, auxiliados pela polícia estadual e federal, apreenderam 1.800kg de carne com osso em Joinville, mais 4.500kg de carne irregular em Rio do Sul e 21 bois vivos foram sacrificados e incinerados em

Reportagem

aterro sanitário no município de Água Doce. Todas as cargas que passaram pelos postos de fiscalização, nas 60 horas da operação, foram vistoriadas e tiveram que apresentar cer-



Higiene e segurança são exigências da inspeção para atender o consumidor

tificado sanitário. Além das apreensões, foram emitidas multas no valor aproximado de R\$ 2 mil para os proprietários das carnes e animais irregulares. Afora esta mobilização relâmpago, a Cidasc está fazendo vistorias periódicas nos frigoríficos e abatedouros em todas as regiões do Estado.

Não é só a febre aftosa que está erradicada, a tuberculose e a brucelose estão em vias de serem também eliminadas. Este ano, segundo o diretor da Secretaria Roni Barbosa, será implantado o programa que prevê a identificação de animais infectados, o sacrifício e a indenização aos proprietários. Também não há registro de ocorrência de peste suína desde 1990. Conforme o Ministério da Agricultura, o Estado é área livre desde 1992. Mas não é só isso, a raiva canina já está controlada e as granjas de suínos receberam o certificado de Granja de Suínos com um Mínimo de Doenças (GSMD). Tudo isso culmina com a aprovação sanitária da exigente Comunidade Européia para exportação de carne de bovinos, suínos e aves para os países da comunidade. Vale ressaltar que este

aval sanitário serve como referencial para todos os mercados internacionais.

Inspeção garante a qualidade do produto

Uma etapa fundamental no processo de sanidade animal é a questão da qualidade dos produtos. A vigilância sanitária controla as doenças e a inspeção sanitária visa controlar o abate, a transformação e a comercialização. Nesta fase, atua em todo o Estado de Santa Catarina a Gerência de Inspeção de Produtos de Origem Animal, chefiada pelo médico veterinário Paulo Garcia que é assessorado pelos médicos veterinários Adelino Renúncio (setor de carne) e Hogeniano Pohlod (setor de leite). “Estamos sempre trabalhando entre a cruz e a espada”, desabafa Adelino Renúncio, referindo-se à missão da Cidasc em orientar e fiscalizar o produtor que quer produzir o máximo de um produto ao custo mínimo e vender ao maior preço, enquanto na outra ponta está o consumidor, exigente em qualidade e em garantias à saúde e, é claro, com o menor preço possível. Para realizar esta difícil tarefa, os técnicos se valem de uma legislação federal que dita normas sobre inspeção de produtos de origem animal e que, apesar de meio antiga (datada de 1950), ainda “atende adequadamente às necessidades da inspeção”, sustenta o veterinário. Mais recentemente, o Decreto Lei Federal 7.889, de 1989, alterou os artigos 4º e 7º da lei anterior, concedendo aos Estados e municípios a competência de legislar, porém baseado na lei maior federal.

Renúncio chama a atenção que a inspeção dos alimentos está diretamente ligada à saúde humana e os governos criam instituições competentes para ditar preceitos legais, visando, em última análise, a melhor qualidade de vida do ser humano e o bem estar do consumidor. Então, assim como a Organização Internacional de Epizootias, ligada à Organiza-



Caixas separadoras de tratamento de efluentes para abatedouros ou frigoríficos, uma das exigências da inspeção sanitária

ção Mundial do Comércio, delibera normas internacionais que o Ministério da Agricultura, em Brasília, repassa aos Estados, da mesma forma o Codex Alimentarius, entidade internacional ligada à Organização Mundial da Agricultura e Alimentação - FAO, contata o Ministério da Saúde para repassar padrões de procedimentos, visando a melhor qualidade dos produtos. Este, por sua vez, articula-se com as vigilâncias sanitárias estaduais e estas com as municipais. "Isto tudo visa o consumidor", garante o médico veterinário, e segue explicando que a Organização Mundial da Saúde - OMS, outro importante órgão internacional, classifica os produtos de origem animal como sendo produtos de alto risco, "e ela tem uma sábia razão para isso", diz Renúncio. "Como são produtos de alto teor de nutrientes para o homem, também são um ótimo meio de cultura para o desenvolvimento de toda a forma de microorganismos, inclusive patogênicos", adverte. Ele esclarece que só no leite se desenvolvem cerca de 150 espécies diferentes de micróbios, e na vaca que apresenta o problema de mastite nas tetas, dificilmente deixa-se de encontrar menos de 80 tipos de germes.

As principais doenças ligadas ao manejo inadequado de produtos e subprodutos de origem animal comuns ao homem são denominadas de zoonoses e se dividem em:

- zoonoses parasitárias — cisticercose, hidatidose e toxoplasmose; vermes ou parasitas que têm no animal doméstico (cães, gatos, bovinos, suínos, ovinos) seus hospedeiros, transmitindo ao homem a enfermidade através do simples contato com as fezes, ou ingestão das suas carnes;

- zoonoses microbianas — leptospirose, erisipela, listeriose, aftosa, carbúnculo hemático e tuberculose.

Tem ainda outro grupo, as intoxicações alimentares como o botulismo, estafilococos, salmoneloses, clostridioses. Estas acontecem geralmente com alimentos mal conservados ou

mal preparados, por exemplo, as maioneses que no verão intoxicam famílias inteiras em festas, as latas de conservas estufadas, vidros mal fechados e ainda o preparo anti-higiênico de produtos que atraem as bactérias patogênicas. Adelino Renúncio ainda alerta para outra característica destes microorganismos, os quais possuem espécies que sobrevivem às mais diferentes temperaturas, desde os -15 até + 85°C.

Outro problema comum encontrado pela inspeção da Cidasc são as instalações inadequadas ou mal dimensionadas. "Tivemos um dono de abatedouro que construiu tudo dentro das normas de higiene, mas manteve a altura em 4m, quando o certo seria 7m no local do abate do bovino. Além disso, ele colocou azulejo até os 4m, quando até 2m já seria suficiente. Assim ele desperdiçou dinheiro, pois uns 3m a mais de coluna de concreto e um pouco a mais de tijolo não encarceraria tanto como os 2m a mais de revestimento cerâmico", lamenta o veterinário. Ele orienta ainda que para os pequenos agricultores não é interessante investir em abatedouros, que são estruturas caras e necessitam tratamento de efluentes, anexos (banheiros, vestiários, instalações administrativas, etc.), equipamentos sofisticados. Um abatedouro médio não sai por menos de R\$ 250 mil, calcula Adelino Renúncio. Ele aconselha aos miniprodutores investirem em pequenas fábricas de embutidos (custo médio é de R\$ 25 mil), pois aí o microempresário pode agregar valor à matéria prima, que geralmente é produto barato — sal, farinha, carne de segunda, açúcar, farinha de rosca, etc. E uma ótima notícia chegou para os pequenos agricultores catarinenses. O governador Paulo Afonso Evangelista Vieira assinou, no mês de julho, a Regulamentação das Normas Sanitárias para a Comercialização de Produtos Artesanais Comestíveis de Origem Animal e Vegetal, a chamada Lei da Agroindústria Artesanal. Esse documento vai garantir a instalação de pequenas unidades de

beneficiamento, gerando empregos e novas fontes de renda em Santa Catarina.

O serviço de inspeção da Cidasc não teve tréguas este ano. De janeiro a maio foram inspecionados: 23 indústrias de laticínios, 88 matadouros, mais de 3 milhões de animais abatidos, 32 fábricas de embutidos e 1,5 milhão de quilos de derivados de leite. Ao mesmo tempo foram condenados 79 bovinos, 344 suínos e 13.754 aves. Por fim, Adelino Renúncio salienta que hoje já existe em Santa Catarina capacidade instalada para que todos os produtos de origem animal consumidos pela população possam ser inspecionados.

Doenças que atacam o rebanho

Curar os rebanhos catarinenses das suas doenças não significa só salvar a vida de animais, o que já é algo obviamente recomendável, mas também é recuperar ou prevenir o prejuízo do pecuarista e, ainda mais importante, proteger a saúde do ser humano. O combate e a prevenção às enfermidades são missões prioritárias da Cidasc. Os médicos veterinários Luis Carlos Celestino Kirinus, Alfeu Sandrin e Claudinei Martins, pertencentes à Gerência Estadual de Pecuária da Cidasc, relatam as características das principais doenças infecto-contagiosas (algumas já erradicadas como a aftosa e a peste suína africana), para esta reportagem.

Atualmente em Santa Catarina, entre os bovinos, as doenças mais marcantes são: raiva, aftosa, estomatite vesicular, tuberculose, brucelose, e endo e ectoparasitoses. A raiva já foi uma doença problemática no passado, mas há dez anos está sob controle. Existe dois tipos de raiva: a raiva urbana, transmitida



Reportagem

pela mordedura de cachorro e a raiva dos herbívoros (mais importante economicamente), provocada pelo morcego hematófago que ao sugar o sangue do animal (bovino, eqüino, ovino, etc.) transmite o vírus causador de sintomas nervosos. Por exemplo, no cavalo há perda de controle dos movimentos das patas traseiras e anda com as ancas no chão, é o chamado "mal da bunda caída". O vírus ataca o sistema nervoso central, causando distúrbios nervosos, e ao atingir o centro respiratório, o animal pára de respirar e morre. Do aparecimento dos sintomas até a morte, geralmente passam oito a dez dias. Atualmente a Cidasc possui dez equipes de controle do morcego, atuando nos mais diversos locais, desde cavernas até o sótão das casas. Com o crescente desmatamento, os morcegos deixam as florestas e passam a ocupar locais urbanos.

A aftosa (só não ataca os eqüinos) também é transmitida por vírus, só que este atinge o sistema epitelial, ou seja, a epiderme, a área externa do corpo. Os sintomas são lesões nos cascos, feridas (vesículas) nos úberes, aftas na língua, salivação, febre alta. O animal fica estressado, perde o ape-

tite, diminui o peso. Controlar a aftosa tem uma importância vital para qualquer Estado ou país que quer exportar carne e seus derivados. O vírus tem grande capacidade de se disseminar, já foi encontrado até em grãos de cereais, onde ele se mistura com resíduos de terra, no chão dos caminhões de transporte, etc. Por isso é importante ter uma boa estrutura de fiscalização e defesa sanitária presente em diversos locais e em pontos estratégicos. De quebra, outras doenças também passam a ser melhor controladas.

A estomatite vesicular confunde-se com a febre aftosa. Os sintomas são parecidos e infecta os eqüinos também. Para saber qual a doença que está atacando os animais, os veterinários necessitam de um diagnóstico diferencial. Os procedimentos de praxe são: coleta de material, ou seja, os epitélios afetados e o sangue, os quais são remetidos para um centro especializado em doenças vesiculares (que formam vesículas, bolhas, cavidades) e que no Brasil é o Laboratório de Referência para Doenças Vesiculares, em Recife, PE.

Outras duas doenças importantes são a brucelose e tuberculose (trans-

mitidas por bactérias), classificadas como antropozoonoses, o que significa que contaminam os animais e são passadas para o homem, e vice-versa. A brucelose ataca basicamente os sistemas reprodutivos, causando, entre outros problemas, aborto, retenção de placenta, infertilidade, metrite, etc. Já a tuberculose ataca o sistema respiratório. É fundamental realizar as inspeções dos locais de abate, porque o manuseio e o manejo inadequado dos animais podem causar sérios prejuízos ao homem. Deve-se evitar totalmente dar os restos de abates para cães e outros animais domésticos, que ao comerem material infectado podem transmitir moléstias ao ser humano. Caso sejam identificadas as doenças, o procedimento recomendado é a pronta eliminação dos animais reagentes (portadores). Atualmente as duas doenças estão controladas no Estado, mas não eliminadas.

Quanto às endo e ectoparasitoses (parasitas internos e externos), fazem parte deste grupo as fascioloses e verminoses, os carrapatos, a mosca-dos-chifres, etc. A Cidasc combate estes problemas através da educação sanitária, orientando os produtores, por meio de visitas, reuniões, seminários técnicos e assim por diante. Um dos aspectos destacados nos encontros com pecuaristas é a economicidade de vermífugos. Aparentemente caros, alguns custam em torno de R\$ 180,00 o frasco, a dose por animal não sai mais do que R\$ 8,00 a R\$ 10,00 e, infelizmente, existem alguns que preferem poupar só desverminando uma parte do rebanho. "Isto não funciona", adverte o médico veterinário Luis Carlos Kirinus e justifica: "os animais que não recebem a dose, aparentemente sadios, acabam sendo infestados pelos outros animais".

Entre os suínos, as doenças mais preocupantes são a peste suína e a doença de Aujeszky, ambas transmitidas por vírus. A chamada peste suína clássica já foi um grande problema em Santa Catarina, quando houve grande mortalidade de



Um dos sintomas de febre aftosa: tetas da vaca apresentam aftas, ulcerações generalizadas

Reportagem

animais há alguns anos atrás. Os sintomas são febre alta, os porcos se amontoam. Na necrópsia (exame pós-morte) observa-se lesões hemorrágicas em vários órgãos: rins, bexigas, fígado, etc. Hoje a peste suína já está controlada, apesar de às vezes ela voltar em alguns locais onde não tem havido vacinação periódica. Atualmente existe uma outra forma de peste suína, a denominada forma atípica, que se manifesta no ciclo reprodutivo, o vírus ataca o feto antes de nascer, podendo ocorrer absorção fetal, baixo número de nascimentos, os leitões ficam trêmulos, etc. Pelos sintomas esta enfermidade é confundida com outras, como a brucelose, parvovirose, doença de Aujeszky. Só exame laboratorial pode identificar com precisão a doença.

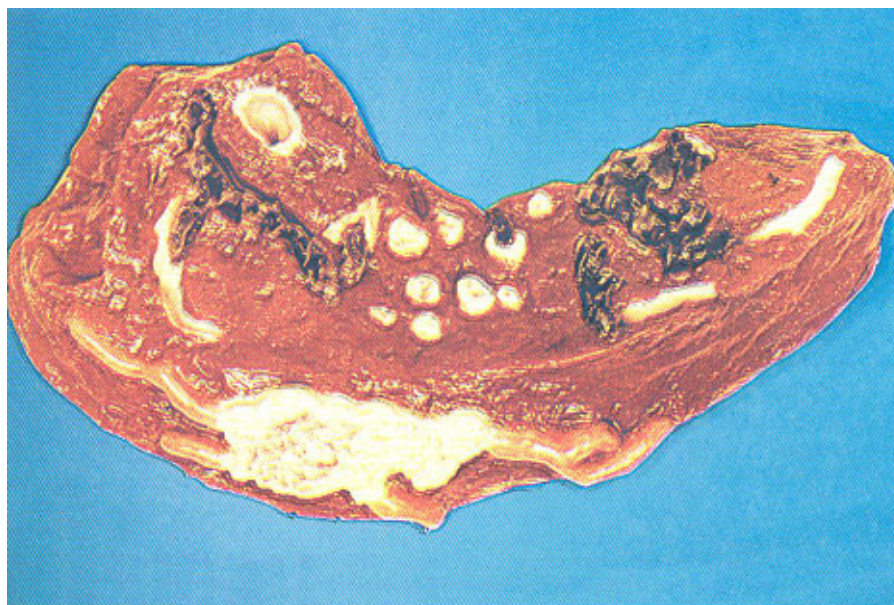
A doença de Aujeszky é complicada. Ela causa alta mortalidade de leitões, também problemas reprodutivos. A complicação é que o vírus é do tipo herpes, semelhante ao do homem, ou seja, ele se instala na célula. O suíno é vacinado, mas fica portador, quer dizer, não pode ir para outra propriedade, ter contato com outros animais, só pode ir para abate. Atualmente a Cidasc e o Centro de



Feto abortado em decorrência da brucelose bovina

Suínos e Aves da Embrapa, em Concórdia, estão trabalhando em conjunto para eliminar a doença no Estado, através de abate sanitário (animais são mortos, mas aproveitados, diferente de sacrifício sanitário, em que os animais são destruídos). Atualmente estão sendo acompanhadas 40 propriedades onde foi detectada a doença.

No caso das aves, as enfermidades de destaque são a doença de Newcastle, a bronquite infecciosa, e a doença de Gumboro. A Newcastle há quinze anos não aparece em território catarinense, todavia a Cidasc está atenta, pois se deixar livre, os prejuízos econômicos são enormes. A sintomatologia é a nervosa, isto é, a ave fica trêmula, prostrada, perde a coordenação motora e, na fase mais adiantada, entorta o pescoço. A mortalidade é alta, a causa é um vírus. Outro vírus é a causa da bronquite infecciosa, também com alto índice de mortalidade. A sintomatologia é nervosa e apresenta problemas respiratórios. Detectada a doença, é feito o sacrifício sanitário no lote todo. As duas doenças são controladas (prevenção) por vacinação. E, por fim, a doença de Gumboro, igualmente causada por vírus, só que não apresenta tanto problema econômico aos criadores como as duas anteriores. O microorganismo ataca o sistema imunológico do animal, diminuindo a resistência, favorecendo a entrada de outros agentes infecciosos como bactérias, etc. A ave tem diarreia, fraqueza geral. Possui vacina específica.



Fígado bovino com fasciola hepática (baratinha do fígado)